

Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional.

Neilia Barros Ferreira de Almeida (Nethis/Fiocruz) - neilia.barros@gmail.com

Sofia Galvão Baptista (UnB) - sofiag@unb.br

Resumo:

Apresenta um breve histórico do ensino de Biblioteconomia no Brasil com ênfase nos currículos. Descreve as principais diferenças entre as primeiras escolas de Biblioteconomia no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). Mostra que o curso ministrado no Rio de Janeiro pela Biblioteca Nacional tinha forte característica humanística e era voltada para os funcionários da instituição, enquanto o curso paulista adotava os aspectos técnicos norte-americanos e era direcionada para os funcionários da biblioteca como também professores e funcionários de outras instituições. Aborda que a padronização do ensino surgiu por meio dos Currículos Mínimos de 1962 e de 1982 e apresenta o descontentamento da classe acadêmica com a quantidade de disciplinas. Expõe as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o ensino de Biblioteconomia e descreve a importância delas para a construção de currículos direcionados as demandas e as particularidades de cada região.

Palavras-chave: *História da Biblioteconomia no Brasil. Ensino de Biblioteconomia. Formação do bibliotecário. Profissional da informação*

Área temática: *Temática II: Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação*

Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional.

Resumo:

Apresenta um breve histórico do ensino de Biblioteconomia no Brasil com ênfase nos currículos. Descreve as principais diferenças entre as primeiras escolas de Biblioteconomia no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). Mostra que o curso ministrado no Rio de Janeiro pela Biblioteca Nacional tinha forte característica humanística e era voltada para os funcionários da instituição, enquanto o curso paulista adotava os aspectos técnicos norte-americanos e era direcionada para os funcionários da biblioteca como também professores e funcionários de outras instituições. Aborda que a padronização do ensino surgiu por meio dos Currículos Mínimos de 1962 e de 1982 e apresenta o descontentamento da classe acadêmica com a quantidade de disciplinas. Expõe as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o ensino de Biblioteconomia e descreve a importância delas para a construção de currículos direcionados as demandas e as particularidades de cada região.

Palavras-chave: História da Biblioteconomia no Brasil. Ensino de Biblioteconomia. Formação do bibliotecário. Profissional da informação.

Área Temática: Temática II - Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação.

1 INTRODUÇÃO

A primeira biblioteca brasileira surgiu dentro de uma instituição de ensino dos Jesuítas no Brasil Colonial. Naquele período, todo acesso ao conhecimento laico era controlado pela Igreja, situação que favoreceu a criação da primeira biblioteca do país no Colégio da Bahia (1568) e também as atividades de um bibliotecário. (SOUSA, 2010?; FONSECA, 1979).

No Brasil, o primeiro bibliotecário foi o jesuíta português Antônio Gonçalves em 1604 na biblioteca do Colégio da Bahia (FONSECA, 1979). Naquele período e até o início do século XX não havia cursos de formação de bibliotecários no Brasil. o primeiro curso de Biblioteconomia foi criado apenas em 1911 na Biblioteca Nacional.

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a história da Biblioteconomia brasileira entre 1911 e 2012. Descreve as principais características dos primeiros cursos na Biblioteca Nacional (1911) e no Mackenzie College (1929). Em seguida, expõe a padronização das disciplinas por meio dos Currículos Mínimos e aborda o contexto das Diretrizes Curriculares para o ensino de Biblioteconomia.

O objetivo deste texto é apresentar os fatos históricos do desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no Brasil.

2 ENSINO: AS PRIMEIRAS ESCOLAS

2.1 Rio de Janeiro

O ensino de Biblioteconomia surgiu a partir do Decreto 8.835 de 11 de Julho de 1911 que estabeleceu a criação do primeiro Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional. Este fato ocorreu por meio do esforço e empenho de Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional. No entanto, as aulas só começaram em abril de 1915 por causa da desistência dos inscritos (RUSSO, 1966; CASTRO, 2000).

A forma de admissão do primeiro curso foi por exame que se compunha de prova escrita de português e provas orais de geografia, literatura, história universal e de línguas: francês, inglês e latim. Em síntese, era pré-requisito para ser bibliotecário possuir cultura geral. Contudo, naquela ocasião, estavam dispensados os candidatos admitidos anteriormente em escolas superiores ou aqueles aprovados para a carreira de bibliotecário (CASTRO, 2000).

O curso da Biblioteca Nacional parou de funcionar em 1923 devido às mudanças instituídas em regulamento do Museu Histórico Nacional que estabelecia a criação do *Curso Técnico*. Esse curso buscava formar profissionais para atuar na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional. Essas mudanças não ocorreram e as atividades do curso de Biblioteconomia foram encerradas, voltando as suas atividades em 1931 (CASTRO, 2000).

O ensino da Biblioteca Nacional era influenciado pela escola francesa *École de Chartes* com forte característica humanística e voltada para os funcionários daquela biblioteca.

2.2 São Paulo

O segundo curso criado em São Paulo em 1929 no Mackenzie College recebeu influência americana tecnicista da *Columbia University*. O curso chamava-

se “Curso Elementar de Biblioteconomia” e foi orientado pela bibliotecária americana Dorothy Muriel Gedds Gropp. Na época, este curso era voltado para os funcionários da biblioteca, professores e bibliotecários de outras instituições. (CASTRO, 2000).

Em 1936, com a criação do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo por Rubens Borba de Moraes o curso do Mackenzie College encerrou suas atividades. No entanto, em 1939 por questões políticas a prefeitura de São Paulo cancelou a subvenção dado ao curso, mas Rubens Borba de Moraes encontrou apoio na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo onde ali reinstalou o curso em maio de 1940. (RUSSO, 1966; CASTRO, 2000).

Russo (1966) enfatiza que Rubens Borba de Moraes e Adelpha Silva Figueiredo implantaram uma biblioteconomia inovadora, fazendo da Biblioteca Municipal de São Paulo um laboratório onde treinaram muitas gerações de bibliotecários a serviço da coletividade.

2.3 Rio de Janeiro *versus* São Paulo

Nos primeiros anos de criação as escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo foram guiadas por diferentes visões. A primeira mantinha suas raízes humanísticas enquanto a segunda era basicamente técnica. De tal forma, que os bibliotecários formados por uma determinada escola passavam a defender a abordagem tecnicista ou humanística de acordo com a escola de formação. Tanto que Castro (2000, p.103) afirma que “a polêmica entre Rio e São Paulo foi marcante” quanto às questões técnicas da área.

No entanto, com a americanização do país e as exigências do mercado de trabalho a Biblioteca Nacional em 1944 modificou seu currículo com o acréscimo de disciplinas técnicas tais como: Catalogação, Classificação, Bibliografia e Referência (CASTRO, 2000). Mas não deixou de lado sua influência humanística.

O ensino de Biblioteconomia no Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam diferenças desde a influência a controvérsias nas práticas técnicas e nas disciplinas escolares (CASTRO, 2000). Como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Disciplinas escolares: Rio de Janeiro (BN) e São Paulo.

ANO	RIO DE JANEIRO (BN)	ANO	SÃO PAULO
1915	Bibliografia Paleografia e Diplomática Referência	1929	Catálogo Classificação Organização de Bibliotecas
1931	Bibliografia Paleografia e Diplomática História da Literatura Iconografia e Cartografia	1941-1942	Catálogo Classificação Bibliografia História do Livro Organização de Bibliotecas
1944	Organização e Administração de Bibliotecas Catálogo Classificação Bibliografia e Referência História do Livro e das Bibliotecas História da Literatura (aplicada à Bibliografia) Noções de Paleografia	1943-1959	Catálogo Classificação Bibliografia Organização de Bibliotecas História do Livro e Paleografia
1962	Técnica de Referência Bibliografia Geral Catálogo e Classificação Organização e Administração de Bibliotecas História do Livro e das Bibliotecas Organização e técnicas de Documentação Literatura e Bibliografia Literária Introdução à Cultura Histórica e Sociológica Reprodução de Documentos Paleografia Introdução à Cultura Filosófica e Artística	1960-1961	Catálogo Classificação Referência e Bibliografia História do Livro Paleografia Organização e Administração de Bibliotecas Seleção de Livros Introdução à Cultura Artística Introdução à Cultura Filosófica Introdução às Ciências Sociais Documentação

Fonte: CASTRO, 2000, p. 105

A partir do Quadro 1 é possível observar que até o ano de 1942 as escolas apresentavam disciplinas totalmente diferentes, com exceção, ao ensino de bibliografia que se tornou comum aos dois cursos a partir do ensino na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Para Castro (2000) as diferenças significativas deixaram de existir a partir de 1944 entre os saberes ministrados em São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto, o autor acredita que supostamente devia haver outras diferenças nas práticas e no modo de ensinar entre os dois estados.

Em 1962 a Biblioteconomia foi elevada a status de profissão de nível superior. Nesta época, de acordo com Fonseca (1979) já havia outros cursos além dos expostos até aqui, como o: Curso de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica – Campinas (1945); Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1947); Curso de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura do Recife (1948); Curso de Biblioteconomia em Minas Gerais (1950); Curso de Biblioteconomia em Pernambuco (1950); Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná (1952); Curso de Biblioteconomia em Manaus (1955) e o Curso de Biblioteconomia de São Carlos – SP (1959).

Almeida (2012, p. 50) verificou por meio da análise dos relatos de Fonseca (1979) e Castro (2000), “que com o passar dos anos, tanto a prática como o ensino da Biblioteconomia foram deixando de lado o aspecto erudito e assimilando a vertente tecnicista dos Estados Unidos”.

3 CURRÍCULO MÍNIMO

A padronização das disciplinas ministradas nas escolas deu-se por meio do primeiro Currículo Mínimo em 1962 que surgiu a partir da obrigatoriedade dos diplomas de Biblioteconomia serem registrados na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. A obrigatoriedade foi estabelecida pela Lei 4.084/62 que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Para conhecimento desta lei, a seguir é exposto um pequeno trecho.

Do Exercício da Profissão de Bibliotecário e das suas atribuições

Art 1º A designação profissional de Bibliotecário [...] é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.

Art 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas;

b) aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras que apresentem os seus diplomas revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente. (BRASIL, 1962).

O Currículo de 1962 apresentava dois grandes grupos, um de conteúdo cultural e humanístico e o outro com assuntos técnicos (MUELLER, 1988). No entanto, para Russo (1966) muitas escolas não ficaram satisfeitas com o Currículo Mínimo, pois consideravam excessivo o número de matérias culturais.

Embora o currículo tenha sido elaborado por um grupo de professores a proposta inicial foi alterada pelo Conselho Federal de Educação (CFE), talvez este seja um dos motivos que tenha ocasionado o descontentamento dos professores da área. Almeida (2012, p 71) entende que

Esse fato pode estar relacionado às mudanças feitas pelo CFE nas propostas apresentadas pelas Comissões formadas, em sua maioria, por professores consagrados da literatura biblioteconômica. Entende-se o descontentamento da classe, pois, pressupõe-se que os professores de Biblioteconomia sejam os mais preparados para apontar diretrizes de ensino na área e prognosticar o seu futuro, uma vez que, como especialistas da área, conhecem os pontos fortes e fracos do ensino, bem como as demandas e necessidades da região onde atuam.

As mudanças nas escolas começaram a partir de 1963, entretanto, elas não se limitavam a oferecer as disciplinas obrigatórias, incluindo em seus currículos plenos outras disciplinas. Com o passar dos anos, Mueller (1988) observou que as disciplinas culturais eram demasiadamente amplas ocasionando em geral um conhecimento superficial e pouco significativo, frustrando a intenção da formação humanística.

No decorrer dos anos, existiu a necessidade de atualização do currículo e em 1982 o Conselho Federal de Educação, em parceria com a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) e professores de diversos cursos de Biblioteconomia, estabeleceu o 2º Currículo Mínimo de Biblioteconomia com matérias divididas em três grupos: matérias de fundamentação geral, matérias instrumentais e matérias de formação profissional.

Muller (1988, p.75) destaca que Acadêmicos da área criaram uma proposta e que o Conselho Federal de Educação não seguiu as orientações à risca, como apresenta o fragmento abaixo

Na exposição de motivos apresentada ao MEC/CFE para mudança de currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia, em documento datado de 1981, que tinha a proposta elaborada por uma comissão de professores, transparecem as restrições no currículo vigente (de 1982) e as expectativas depositadas naquela proposta.

[...]

O currículo então vigente (de 1982), na opinião dos autores da proposta, representava uma barreira, especialmente, para as escolas de menores recursos.

Ao comparar o currículo de 1962 com currículo elaborado em 1982 percebeu-se que havia mais semelhanças do que diferenças, embora também existisse acréscimo de conteúdo. Constata-se isto por meio do Quadro 2, as linhas com cor

são as disciplinas que constam nos dois currículos, embora apresentem diferenças de nomenclatura os assuntos abordados são equivalentes.

Quadro 2 - Equivalência entre matérias do Currículo Mínimo de 1962 e do Currículo Mínimo de 1982

Currículo Mínimo de 1962	Currículo Mínimo de 1982
	<i>Matérias de Formação Geral</i>
	1. Comunicação
1. Introdução aos estudos históricos e sociais	2. Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo
2. História da arte	
3. Evolução do pensamento filosófico e científico	3. História da Cultura
4. História da literatura	
	<i>Matérias Instrumentais</i>
	4. Lógica
	5. Língua portuguesa e literatura da língua portuguesa
	6. Língua estrangeira moderna
	7. Métodos e técnicas de pesquisa
	<i>Matérias de Formação Profissional</i>
5. Documentação	8. Informação aplicada à Biblioteconomia
6. História do Livro e das Bibliotecas	9. Produção dos registros do conhecimento
	10. Formação e desenvolvimento de coleções
7. Catalogação e classificação	11. Controle bibliográfico dos registros do conhecimento
8. Bibliografia e referência	12. Disseminação da informação
9. Organização e administração de bibliotecas	13. Administração de bibliotecas
10. Paleografia	

Fonte: MUELLER, 1988, p. 75

A intenção do currículo de 1982 era abandonar a ênfase na aquisição de habilidades em técnicas específicas, reforçando o entendimento dos objetivos que tais técnicas teriam. Pretendeu-se neste currículo permitir a atualização de conteúdos ao longo dos anos utilizando uma designação mais amplas para as disciplinas (MUELLER, 1988). Mas assim como o currículo de 1962 o de 1982 não agradou por completo a classe acadêmica.

4 DIRETRIZES CURRICULARES

Com a padronização dos conteúdos pelo Currículo Mínimo de 1962 e o de 1982 surgiram entre os acadêmicos, descontentamentos com a quantidade de disciplinas e com o caráter ora muito técnico e ora demasiadamente humanístico dos

conteúdos estabelecidos (RUSSO, 1966; MACEDO, 1963; SOUZA, 1990). No entanto, as escolas eram obrigadas a ministrarem aquele mínimo de disciplinas impostas.

Na década de 1990 a educação nacional passou por um momento de mudanças com a criação da Lei 9.394/1996 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta lei assegurou às universidades autonomia para: criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior; fixar os currículos dos seus cursos e programas, observando as diretrizes gerais pertinentes e também estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão entre outras atribuições. (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o ensino de Biblioteconomia foram estabelecidas em 2001 por meio do Parecer CNE/CES 492/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação. Esse documento definiu o perfil dos formandos da área, enumerou as competências e habilidades necessárias ao egresso direcionando o conteúdo curricular. O Parecer estabeleceu a importância de estágios, atividades complementares, avaliação institucional e da estrutura do curso.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia (BRASIL, 2001), a formação do bibliotecário deve proporcionar ao aluno:

[...] o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta [...].

O parecer enumerou e dividiu as competências e habilidades necessárias a formação do bibliotecário, com o intuito de direcionar os conteúdos dos cursos. As competências foram divididas em gerais e específicas.

Competências gerais:

Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
Formular e executar políticas institucionais;
Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;

Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo (BRASIL, 2001, p.32).

Competências específicas:

Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (BRASIL, 2001, p. 32-33).

Para Almeida (2012) as diretrizes possibilitam que cada Instituição de Ensino Superior estabeleça os mecanismos de interação do aluno com o mercado de trabalho por meio de estágios e atividades complementares.

Os conteúdos dos cursos devem ser distribuídos em conteúdos de formação geral e específica. Para executar ou obter essa lista de atividades é necessário que o egresso tenha um misto de competências informacionais e individuais.

As diretrizes são a base para a organização dos cursos e proporcionam liberdade às Instituições de Ensino Superior para definir, pelo menos a metade da carga horária mínima de cada curso segundo suas especificidades (GUIMARÃES, 2002). Foi partir delas que os cursos de graduação em Biblioteconomia passaram a buscar um perfil profissional de natureza mais interdisciplinar (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2002).

Para Rodrigues (2002) uma vantagem das diretrizes é a possibilidade dos cursos organizarem seus projetos pedagógicos de acordo com a realidade social de cada região e direcionar o profissional para combater os problemas de sua prática, produzir e disseminar conhecimentos de maneira a refletir criticamente sobre a realidade que o envolve.

Enquanto se observava críticas entre os docentes em relação à quantidade de disciplinas dos Currículos Mínimos, Almeida (2012) verificou que a visão dos professores em relação às Diretrizes Curriculares é positiva, pois para eles as diretrizes trouxeram maior autonomia e flexibilidade para as escolas atenderem às particularidades de cada região.

5 CONCLUSÃO

O texto mostrou que o ensino de Biblioteconomia passou por diversas etapas, em especial: as diferenças dos conteúdos ministrados no Rio de Janeiro e em São Paulo no início do século XX; a padronização dos currículos na década de 1960 e a autonomia curricular advinda com as Diretrizes Curriculares.

É importante conhecer o processo de desenvolvimento curricular da biblioteconomia no Brasil, pois Muller (2004) entende que todo profissional deve ter conhecimento do processo histórico e evolutivo de sua profissão e conseqüentemente do processo de formação profissional ao longo dos anos, propiciando um entendimento do seu presente e uma programação do futuro.

Observou-se na literatura que os Currículos Mínimos não agradaram a todos os acadêmicos, considerando as diferentes demandas sociais e as particularidades de cada localidade em que os cursos se encontravam (e ainda se encontram).

Com o surgimento das Diretrizes Curriculares as Instituições de Ensino Superior passaram a ter mais flexibilidade na formação dos currículos. O que possibilitou que as escolas adequassem ainda mais seus cursos as demandas da sociedade fato que aumentou a aceitabilidade das diretrizes no meio acadêmico.

As Diretrizes foram aceitas pelos acadêmicos, pois indicam as competências e as atribuições que o bibliotecário deve ter ao sair do curso, oferecendo liberdade para as escolas construírem seus currículos direcionados a atender as demandas regionais.

Desta forma, é possível observar que o Currículo de biblioteconomia vem evoluindo com o passar dos anos. No entanto, é necessária atenção constante em especial de docentes e discentes da área, para que os cursos formem bibliotecários competentes nas atividades relacionadas à organização, tratamento, disseminação, promoção e acesso à informação como também bibliotecários conscientes da importância da profissão na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 2012. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, v.134, n.248, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em 1 nov. 2011

_____. Lei nº 4.084/1962, de 30 de Junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 Jul. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 1 mar 2011.

_____. Ministério da Educação. CNE/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jul. 2001, Seção 1e, p. 50. . Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em: 25 set. 2011.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287p.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1979. 247 p.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Estudos Curriculares em Biblioteconomia no Mercosul: reflexões sobre uma trajetória. In: VALENTIM, Marta Lúcia (Coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 49-87.

MACEDO, Neusa Dias de. Formação integral do Bibliotecário-Documentalista brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 1963, Ceará. Anais... Ceará, Universidade do Ceará, 1963. Não paginado.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott – proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; _____ (Org.). **Profissional da Informação: o espaço de trabalho**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3). p. 23 -54.

_____. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e ciência da informação. **Ci. Inf.**, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 1988.

RODRIGUES, M. E. F. A pesquisa como principio educativo na formação do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 89-102.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira**: Rio de Janeiro: INL, 1966. 357p.

SOUSA, Rainer. Jesuítas. **Mundo Educação**, [S.l], [2010?]. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiادobrasil/jesuitas.htm>> Acesso em 20 jan. 2011.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990. 116 p.